



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150525 - PA (2021/0223721-8)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : JAMILSON PINTO DE SOUSA
ADVOGADO : BENONES AGOSTINHO DO AMARAL - PA009592
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
CORRÉU : JERSON ROCHA SA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por JAMILSON PINTO DE SOUSA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (HC n. 0806493-61.2021.8.14.0000).

O recorrente insurge-se contra o acórdão que não conheceu do *habeas corpus* impetrado perante o Tribunal de origem.

Para tanto, alega que seu defensor passou a patrocinar seus interesses recentemente, razão pela qual não teve tempo hábil para inteirar-se do feito, de modo a possibilitar a realização de sustentação oral em plenário do Júri. Aduz ter postulado ao juiz de origem o adiamento da audiência designada para o dia 13/7/2021, cujo pedido foi indeferido.

Requer, liminarmente, seja ordenado ao Juízo da 3ª Vara Criminal da Comarca de Santarém (PA) que designe nova data para audiência. No mérito, pede o provimento do recurso, com a reforma da decisão recorrida, de modo a suspender a realização da sessão de julgamento prevista para 13/7/2021.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Depreende-se dos autos que o presente recurso foi autuado perante este Superior Tribunal de Justiça no dia 15/7/2021, após a data designada para a realização da audiência, cujo adiamento consiste no próprio objeto da impugnação do recorrente. Evidencia-se, portanto, a prejudicialidade do pedido ora formulado.

Considerando a nova realidade fático-processual, o objeto do presente recurso ordinário esgotou-se, de modo que não há mais o que decidir nestes autos.

Ante o exposto, julgo prejudicado o recurso em *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente